

CONTRIBUTOS DO PROJETO PERSOPARAGE PARA A TRANSIÇÃO DIGITAL NOS TERRITÓRIOS ENVELHECIDOS

CONTRIBUTIONS OF THE PERSOPARAGE PROJECT TO THE
DIGITAL TRANSITION IN AGED TERRITORIES **EN**

CONTRIBUCIONES DEL PROYECTO PERSOPARAGE A LA
TRANSICIÓN DIGITAL EN TERRITORIOS ENVEJECIDOS **ES**

MARIA RAQUEL PATRÍCIO

Centro de Investigação em Educação Básica - Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
& Age.Comm - Instituto Politécnico de Castelo Branco, Portugal .

✉ raquel@ipb.pt

HENRIQUE GIL

Age.Comm - Instituto Politécnico de Castelo Branco, Portugal.

✉ hteixeiragil@ipcb.pt

MANUEL MEIRINHOS

Centro de Investigação em Educação Básica - Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

✉ meirinhos@ipb.pt



Patrício, M. R., Gil, H., & Meirinhos, M. (2022). Contributos do projeto PerSoParAge para a transição digital nos territórios envelhecidos. Egitania Scientia, número especial: Congresso Internacional Age.comm, pp.47-59.

Submitted: 13th February 2022

Accepted: 27th June 2022

RESUMO

Uma sociedade digital, inclusiva e orientada para o cidadão com oportunidades para todos tem que oferecer as competências para enfrentar os desafios da transição digital. Esta mudança exige políticas específicas de base territorial que privilegiem a diversidade e especificidade geográfica dos seus contextos e populações. É neste sentido que o projeto PerSoParAge pretendeu contribuir apresentando propostas, tendo em vista a definição de políticas territoriais para a inclusão e literacia digital dos territórios envelhecidos do interior do país. A análise do território do interior de Portugal foi realizada com base em métodos quantitativos e qualitativos, através de inquérito por questionário acerca da utilização das TIC aplicado à população com mais de 55 anos dos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre. A amostra compreendeu 408 indivíduos e os dados foram alvo de análise estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados indicam que as populações mais envelhecidas, com baixo nível de escolaridade e residentes em zonas rurais, têm dificuldades de acesso às redes digitais, reduzida utilização de dispositivos tecnológicos e da internet, bem como níveis significativos de exclusão e iliteracia digital. Urge investir a nível digital nos territórios do interior do país, desenvolvendo-os, e nas pessoas mais envelhecidas, capacitando-as e incluindo-as digitalmente.

Palavras-chave: envelhecimento, inclusão e literacia digital, políticas territoriais.

ABSTRACT

A digital, inclusive, and citizen-oriented society with opportunities for all must offer the skills to face the challenges of the digital transition. This change requires specific territorial-based policies that emphasize the diversity and geographic specificity of their contexts and populations. It is in this sense that the PerSoParAge project intended to contribute by presenting proposals, with a view to defining territorial policies for the inclusion and digital literacy of ageing territories in the interior of the country. The analysis of the territory of the interior of Portugal was carried out based on quantitative and qualitative methods, through a questionnaire survey on the use of ICT applied to the population over 55 years of age in the districts of Castelo Branco, Guarda and Portalegre. The sample comprised 408 individuals and the data were subjected to descriptive statistical analysis and content analysis. The results indicate that older populations, with a low level of education and residing in rural areas, have difficulties in accessing digital networks, reduced use of technological devices and the internet, as well as significant levels of exclusion and digital illiteracy. There is an urgent need to invest digitally in the interior of the country, developing them, and in the most aged people, training them and including them digitally.

Keywords: ageing, inclusion and digital literacy, territorial policies.

RESUMEN

Una sociedad digital, inclusiva y orientada a los ciudadanos con oportunidades para todos debe ofrecer las habilidades para enfrentar los desafíos de la transición digital. Este cambio requiere de políticas territoriales específicas que enfatizan la diversidad y especificidad geográfica de sus contextos y poblaciones. Es en este sentido que el proyecto PerSoParAge pretendió contribuir con la presentación de propuestas, con miras a la definición de políticas territoriales para la inclusión y alfabetización digital de los territorios envejecidos en el interior del país. El análisis del territorio del interior de Portugal se realizó con métodos cuantitativos y cualitativos, a través una encuesta cuestionario sobre el uso de las TIC aplicada a la población mayor de 55 años de los distritos de Castelo Branco, Guarda y Portalegre. La muestra estuvo compuesta por 408 individuos y los datos fueron sometidos a análisis estadístico descriptivo y análisis de contenido. Los resultados indican que las poblaciones de mayor edad, con bajo nivel educativo y residen en zonas rurales, tienen dificultades para acceder a las redes digitales, revelan menor uso de dispositivos tecnológicos e internet, así como importantes niveles de exclusión y analfabetismo digital. Es urgente invertir la actual situación a nivel digital en territorios interiores del país, desarrollándolos, y en las personas mayores, formándolas e incluyéndolas digitalmente.

Palabras clave: envejecimiento, inclusión y alfabetización digital, políticas territoriales.

INTRODUÇÃO

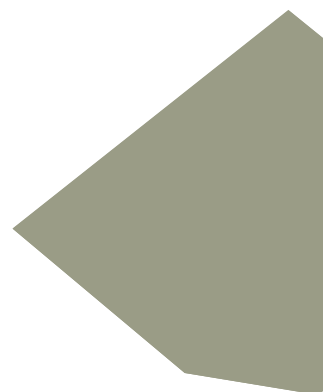
A transformação digital dos países é, cada vez mais, um desafio e uma oportunidade para o desenvolvimento económico, social e ambiental, assente na inovação e no conhecimento. Portugal está em alinhamento com a estratégia digital da Comissão Europeia que visa assegurar uma transformação digital que beneficie toda a gente. O Plano de Ação para a Transição Digital de Portugal (Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020) pretende estar na linha da frente dos países mais bem preparados para as mudanças e os desafios inerentes a uma transição global digital, investindo nas pessoas, nas empresas e na modernização do Estado.

O Plano de Ação para a Transição Digital assenta em três pilares de atuação fundamentais e num conjunto de catalisadores transversais a esses pilares, que estabelecem os instrumentos para instigarem a transição digital do país: Pilar I - Capacitação e inclusão digital das pessoas; Pilar II - Transformação digital do tecido empresarial; Pilar III - Digitalização do Estado; e Catalisação da transição digital de Portugal. Os pilares de atuação e os catalisadores são compostos por áreas de intervenção que integram um conjunto de medidas e de ações prioritárias resultantes da articulação de variadas políticas setoriais. Somos da opinião que, de uma forma geral, o plano está bem concebido ainda assim pode ser melhorado e adaptado a cada realidade territorial.

Os territórios do interior de Portugal e as suas populações evidenciam um fosso digital acentuado em comparação com os territórios do litoral. Segundo o Eurostat (2017), existem diferenças no acesso à internet entre as cidades portuguesas (83%) e os territórios rurais (63%). Acrescentando, os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) retratam importantes desigualdades digitais territoriais, sendo a região do Alentejo aquela que apresenta níveis de acesso à internet (73,9%) e banda larga (71,6%) mais baixos do país (INE, 2019, p. 2). No Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias (INE, 2019), os dados mostram também que algumas características sociodemográficas, como a idade, o sexo, o nível de escolaridade e a condição perante o trabalho, influem na utilização da internet. De acordo com o inquérito referido, à medida que a idade aumenta a utilização da internet diminui de forma acentuada: “para as pessoas com menos de 55 anos as proporções de utilização situam-se acima dos 80%, enquanto a mesma proporção é de 59,3% no grupo etário dos 55 aos 64 anos e de 34,1% no caso da população com 65 ou mais anos de idade” (INE, 2019, p. 3).

Mais recentemente, o Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES) de 2021 referente a Portugal, indica que “Continua a ser necessário um esforço suplementar para assegurar que a cobertura de VHCN [rede fixa de capacidade muito elevada] e a adoção de banda larga móvel sejam uma realidade para todos os agregados familiares, inclusivamente nas zonas rurais (Comissão Europeia, 2021, p.3). O IDES refere, ainda, que o desempenho de Portugal em termos de competências digitais básicas é inferior à média da EU (Comissão Europeia, 2021, p.3).

Neste contexto de relevantes fraturas digitais territoriais é de extrema importância garantir a conectividade nas zonas rurais e continuar a melhorar as competências digitais, principalmente nos grupos populacionais mais velhos, com políticas específicas de base territorial que privilegiem a diversidade e especificidade geográfica dos seus contextos e populações. Assim, é neste âmbito que o projeto PerSoParAge pretendeu contribuir, estudando e analisando o território, com propostas para a promoção da inclusão e literacia digital nos territórios envelhecidos do interior do país.



PROJETO PERSOPARAGE: AS TIC NOS TERRITÓRIOS ENVELHECIDOS

O projeto PerSoParAge (POCI-01-0145-FEDER-023678) - Recursos pessoais e sociais para a autonomia e participação social numa sociedade envelhecida - enquadra-se no domínio da territorialização do envelhecimento, investigando e avaliando como os territórios do interior defrontam o envelhecimento da população, conhecendo as necessidades e problemáticas atuais e futuras da população, com vista a desenvolver propostas e ferramentas de análise e intervenção para responder aos desafios das regiões envelhecidas do interior de Portugal, nos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre.

O projeto integrou um consórcio (Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Portalegre, Instituto Politécnico da Guarda, Instituto Politécnico de Bragança), copromotores (Câmara Municipal de Castelo Branco e Câmara Municipal de Idanha-a-Nova) e entidades parceiras (Câmara Municipal de Portalegre, Câmara Municipal de Elvas, Junta de Freguesia de Castelo Branco, Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, ADM Estrela - Associação Social e Desenvolvimento, e Unidade Local de Saúde de Castelo Branco), estabelecidas nos territórios em estudo, tendo decorrido de outubro de 2017 a dezembro de 2019.

O conhecimento gerado no âmbito deste projeto, permite-nos, agora, dar contributos para fazer face aos desafios das alterações demográficas sentidas nas regiões em estudo, definindo estratégias de intervenção e desenvolvimento regional orientadas por uma abordagem interdisciplinar e intersectorial integradora que contempla as áreas da saúde, social, organizacional e tecnológica. Neste trabalho centramo-nos na área tecnológica tendo por base o estudo sobre a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) pelas pessoas com mais de 55 anos dos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo seguiu uma metodologia quantitativa e qualitativa, sendo o inquérito por questionário o instrumento usado na recolha de dados que foi desenvolvido especialmente para este estudo e validado por especialistas. O inquérito foi aplicado à população com mais de 55 anos residente nas regiões urbanas e rurais dos distritos em estudo. A amostra é constituída por 408 indivíduos distribuídos por dois grupos etários, 139 participantes integraram o grupo dos 55 aos 64 anos (Castelo Branco 60, Guarda 36 e Portalegre 43) e 269 pessoas fizeram parte do grupo dos 65 anos ou mais (Castelo Branco 99, Guarda 84 e Portalegre 86). O instrumento de recolha de dados agregou um conjunto de questões organizadas em duas partes, sendo uma de caracterização sociodemográfica (sexo, idade, nível de escolaridade, profissão e localização) e outra relacionada com o uso das tecnologias de informação e comunicação (multibanco, dispositivos tecnológicos e internet, benefícios da utilização das TIC, formação em competências digitais). O inquérito foi aplicado em suporte de papel à população em estudo, na presença de investigadores e técnicos do projeto, que consentiu colaborar de forma voluntária e anónima. Acrescenta-se que foram tidos em conta todos os procedimentos éticos garantindo a confidencialidade dos participantes. Os dados foram alvo de análise estatística descritiva, das questões de resposta fechada, e análise de conteúdo, das questões de resposta aberta, em função da natureza das variáveis em estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise crítica e reflexiva dos dados dos inquéritos realizados à população nas regiões do interior do território de Portugal nos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre, emergem os resultados que são apresentados numa síntese atendendo às variáveis em estudo e por grupo etário.

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

A população na faixa etária dos 55 aos 64 anos dos 3 distritos reside, na sua maioria, em meio urbano, e nos distritos da Guarda e Castelo Branco predominam as mulheres, já em Portalegre são os homens. Também neste distrito encontramos a população com uma média de idades mais elevada (60,1 anos), logo a seguir o distrito da Guarda (59,6 anos) e depois o de Castelo Branco (58,9 anos). Este distrito concentra a população com habilitações académicas de nível superior (35%), enquanto na Guarda a população frequentou, principalmente, o ensino secundário (44%) e em Portalegre o 2.º ciclo do ensino básico (23%). Estes indicadores refletem as principais profissões em cada distrito, em Castelo Branco há um número significativo de professores, na Guarda de funcionários públicos e em Portalegre assistentes operacionais.

A população com 65 ou mais anos é na generalidade mulher, a residir em meio urbano em Castelo Branco e Portalegre, enquanto na Guarda encontramos mais população a viver em zonas rurais e mais envelhecida. Nestes distritos ainda existem pessoas sem qualquer nível de instrução e aquelas que frequentaram a escola foi apenas no 1.º ciclo do ensino básico. Esta população está reformada de atividades agrícolas e domésticas.

UTILIZAÇÃO DAS TIC

Verificamos que grande parte dos inquiridos entre os 55 e 64 anos dos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre possui pelo menos um dispositivo tecnológico (smartphone, tablet, computador portátil ou de secretária), sobretudo o smartphone. Aqueles que não têm um dispositivo tecnológico apresentaram como justificações não saberem utilizar ou não precisarem e os custos elevados. Em todos os distritos mais de 70% da população possui ligação à internet própria e a maioria reconheceu benefícios na utilização das TIC, como por exemplo acesso a mais informação e maior interação familiar. Além disso, a população de Castelo Branco e da Guarda destacaram a diminuição do isolamento social e em Portalegre uma maior participação social. Relativamente ao interesse em frequentar ações de formação em competências digitais, os dados revelam que a população de Castelo e da Guarda está recetiva ao contrário da maioria dos inquiridos de Portalegre que não tencionam frequentar ações de formação.

Relativamente ao grupo com 65 e mais anos, mais de metade da população que reside em Castelo Branco e Portalegre utilizam o multibanco sem ajuda, verificando-se o oposto na Guarda com mais de metade da população a não fazer uso deste serviço. A utilização de dispositivos tecnológicos entre a população mais idosa é muito reduzida, nomeadamente na Guarda em que 92% das pessoas não possuem smartphone, 73% em Castelo Branco e 63% em Portalegre, alegando “Não preciso” e “Não saber utilizar”. Consequentemente, a maioria da população (Castelo Branco 58%; Portalegre 61%; Guarda 87%) não possui ligação à internet própria. Deste modo, a população dos 3 distritos também não identificou benefícios no uso das tecnologias mencionando que a sua vida “Não melhoraria em nada” ou “Não sabe responder”. Acerca da formação em competências digitais, também não verificamos interesse ou predisposição da população dos 3 distritos para adquirirem competências digitais, nomeadamente em Portalegre e na Guarda.

Os resultados, apresentados anteriormente, revelam que as populações mais envelhecidas, residentes em meios rurais e com pouca escolaridade, têm acesso limitado às redes de internet e comunicação digital, fazem uma utilização reduzida de dispositivos tecnológicos e da internet, apresentam níveis elevados de iliteracia digital e pouca, ou nenhuma, predisposição para adquirir competências digitais. É bem evidente que esta população desconhece as potencialidades dos recursos digitais, nomeadamente os seus benefícios para o bem-estar, a melhoria da qualidade de vida e um envelhecimento saudável e ativo. Concordando com Szeles (2018), a infoexclusão pode estar associada a contextos de exclusão económica, social, cultural ou territorial. Neste contexto é importante referir as conclusões apresentadas pelo Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) referindo que, para além das questões do acesso às tecnologias da informação e comunicação que se levantam à generalidade da população e se prendem, por exemplo, com a formação ou com os condicionalismos económicos, levantam-se questões específicas de acessibilidade digital que podem restringir fortemente a sua funcionalidade e a sua participação social o que poderá colocar em causa o exercício pleno da cidadania e todas as questões associadas à equidade e à igualdade de oportunidades (INR, 2020). Também um estudo recente da OCDE (2019) que destaca, de forma preocupante, os níveis muito baixos de literacia digital da população mais idosa que os impede de resolver questões associadas às suas rotinas diárias, as quais implicam o acesso e a utilização de tecnologias digitais.

Salientamos que a população com 65 ou mais anos, principalmente do género masculino a residir no meio rural do distrito de Portalegre é a mais infoexcluída. De seguida, surge o distrito da Guarda com destaque para a população com mais de 75 anos, do sexo feminino e residente nas zonas rurais. Contudo, a população dos 55-64 anos possui alguma literacia digital, ainda que muito básica, na medida em que utiliza a internet e os dispositivos tecnológicos, reconhece algumas vantagens na utilização das TIC, das quais uma maior autonomia, ligação familiar, menor isolamento social e alguma disponibilidade para frequentar ações de formação em competências digitais.

Portanto, é fundamental capacitar e incluir digitalmente as pessoas mais envelhecidas. Antes, porém, é urgente investir nos territórios do interior do país a nível digital assegurando a generalização do acesso equitativo às tecnologias digitais a toda a população, para obtenção de informação, comunicação e interação (INCoDe.2030, 2020). Acrescenta-se que o envolvimento ativo dos cidadãos nos territórios será, cada vez mais, suportado por novas tecnologias (DGT, 2020), e que os cidadãos idosos com competências digitais têm uma participação mais ativa na comunidade, para além de todos os benefícios associados ao bem-estar e qualidade de vida. Neste particular, é importante referir que A Fundação para a Ciência e Tecnologia tinha tido a iniciativa de lançar a Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacias Digitais (ENILD) para o período compreendido entre 2015-2020 vindo a ter como sucedâneo o já referenciado INCoDe.2030. A ENILD já demonstrava, à época, a consciência de que Portugal já possuía uma infraestrutura digital em consonância com as necessidades nacionais. Contudo, havia também a consciência de ser necessário a implementação de políticas que reduzissem clivagens etárias através da implementação de três eixos: Eixo 1- Competências Digitais; Eixo 2 – Rede TIC e Sociedade: rede para a inclusão e literacias digitais; Eixo 3 – Recursos para a Inclusão e Literacia Digitais (ENILD, 2015). No seu seguimento o INCoDe.2030 veio aprofundar estes eixos prioritários com destaque para o seu Eixo 3- Inclusão que continua a reforçar a necessidade de uma maior capacitação e generalização a toda a população e a todo o território do acesso às tecnologias digitais, para obtenção de informação, para comunicação e para acesso e utilização de serviços públicos e privados digitais (INCoDe.2030).

No âmbito do projeto multidisciplinar e multinacional SHARE (Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe) que envolve 27 países europeus, no qual Portugal é membro efetivo, tem realizado ao longo dos últimos anos questionários a mais de 140,000 idosos (SHARE, 2022). Como afirmam Silva, Matos e Martinez-Pecino (2022) também foi possível verificar-se que a utilização da internet fez com que se pudesse verificar uma significativa diminuição do isolamento social por parte de quem utiliza este recurso que leva a melhores índices de qualidade de vida. Neste contexto internacional, pode-se destacar no seio da União Europeia o Active Assisted Living Programme – Ageing Well in the Digital World (AAL, 2022) que tem vindo a apoiar projetos desde 2008. Os projetos financiados têm sido implementados em diferentes áreas, com destaque para o facto de se incentivar a produção e o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que permitam uma melhor qualidade de vida para a população mais idosa. Neste sentido, o principal objetivo associado ao bem-estar da população idosa será o de promover a utilização de recursos digitais adaptados às necessidades destes cidadãos donde se podem destacar as seguintes medidas: “improving safety at home via fall detection systems and medication reminders; maintaining interaction with other people with dedicated apps and online community platforms; improving quality of life for carers with technology for information sharing, and better coordination” (AAL, 2022).

PROPOSTAS PARA A TRANSIÇÃO DIGITAL NOS TERRITÓRIOS ENVELHECIDOS

As propostas de políticas territoriais para a inclusão e literacia digital dos territórios envelhecidos do interior do país, tendo em conta os resultados do projeto PerSoParAge, bem como o referencial teórico apresentado previamente e algumas investigações efetuadas a nível nacional (Páscoa, 2012; Patrício, 2014; Gil, 2015; Núncio, 2015; Gonçalves, 2016; Páscoa, 2017; Gonçalves, 2019; Diogo, 2022) com particular destaque para as regiões do interior onde este projeto foi realizado, recomendam abordagens mais centradas na pessoa e na sua comunidade, numa lógica de proximidade e em profunda articulação entre instituições e sectores para intervenções verdadeiramente interdisciplinares. Neste sentido, as propostas foram organizadas em 3 pilares estruturantes: 1. Comunidade, 2. Proximidade e 3. Articulação Intersectorial, apresentadas a seguir.

COMUNIDADE

- Conceber estratégias de intervenção e formação (não-formal e informal) em literacia e competências digitais.
- Promover a literacia e inclusão digital através da aprendizagem ao longo da vida com ações de sensibilização e esclarecimento específicas em competências digitais para obtenção de informação, comunicação, socialização, utilização segura da internet, autonomia digital, cidadania reforçada e participativa, bem como de ações de formação (não-formal e informal).
- Consciencializar os cidadãos para a importância das competências digitais, o conhecimento e uso de soluções tecnológicas e assistivas para o bem-estar, qualidade de vida e envelhecimento ativo.

- Adaptar os programas de formação e qualificação às suas necessidades, de acordo com os perfis de envelhecimento regional.
- Envolver a comunidade na resolução dos seus problemas sociais através da criação de projetos de inclusão digital e inovação social, em prol de melhores condições de vida e do bem-estar coletivo e, simultaneamente, capacitar as pessoas em competências digitais que potenciem a cidadania digital ativa, resultando numa maior igualdade e inclusão dos cidadãos.

PROXIMIDADE

- Promover uma maior equidade territorial no acesso às redes de telecomunicações e ferramentas digitais, colmatando as desigualdades no acesso a equipamentos e serviços digitais para uma transformação digital de sucesso no interior do território.
- Promover diferentes soluções de acessibilidade digital aos serviços de saúde e sociais de modo a garantir um acesso mais equitativo à população mais idosa e reforçar os seus níveis de bem-estar.
- Dinamizar o convívio intergeracional e a intervenção comunitária de proximidade (mentoria digital intergeracional) no combate ao fosso digital e na experimentação e utilização de novos serviços e soluções digitais e assistivas, de forma a estimular o interesse, a curiosidade e a necessidade de utilização dos recursos digitais para a promoção da saúde e das interações sociais.
- Fomentar iniciativas de proximidade (por exemplo: Centros Locais de Cidadania Digital) que contribuam para o desenvolvimento de competências digitais da população em situação de vulnerabilidade, especialmente adultos e idosos, e, consequentemente, para o usufruto dos benefícios da digitalização, dos quais as comunicações, o acesso a informação e a utilização de serviços públicos digitais.
- Promover a capacidade e o potencial que as comunidades científicas e académicas destes territórios apresentam, para fazer face à oportunidade de relacionar o conhecimento com o bem-estar e o desenvolvimento social que é criado pelas tecnologias digitais.

ARTICULAÇÃO INTERSECTORIAL

- Definir estratégias de coordenação entre políticas e respetivos instrumentos territorializados para a construção de redes colaborativas de base territorial adequadas e ajustadas aos territórios que garantam aos grupos populacionais mais vulneráveis o acesso efetivo à acessibilidade digital, contribuindo para aumentar a qualidade de vida das populações nas áreas rurais e de baixa densidade.
- Desenvolver à escala regional e local estratégias e abordagens integradas de coesão digital, designadamente na disponibilização de internet e no acesso aos serviços públicos de saúde, sociais e políticos: e-Saúde e e-Governo.
- Coordenar políticas e respetivos instrumentos territorializados para a construção de redes colaborativas de base territorial que reflitam as necessidades de desenvolvimento local digital e os perfis de envelhecimento da população.

- Rentabilizar os recursos das instituições mais vocacionadas para o envelhecimento, com destaque para os Centros de Dia e Lares, no sentido de disponibilizarem redes wifi para os seus utentes a fim de promoverem um contexto e uma ambiência digital que estimule a utilização de recursos digitais nas rotinas diárias.
- Desenvolver estratégias e sinergias entre diversas entidades para a criação de um plano digital que contemple plataformas de gestão, monitorização e avaliação de cuidados de saúde e equilíbrio emocional e comportamental, bem como a utilização de aplicações digitais no domínio cognitivo e motor, destinado a instituições que prestam cuidados e serviços à população idosa.
- Criar Laboratórios Colaborativos, (em associação com instituições de investigação e de ensino superior e parceiros relevantes do tecido empresarial, produtivo, social ou cultural, do estado e organizações locais) com vista à definição e implementação de investigação e de inovação, orientados para o desenvolvimento de conhecimento e capital humano e aplicação de tecnologias digitais na criação de valor social e económico em áreas de intervenção relevantes para os territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto PerSoParAge, através do estudo realizado sobre a utilização das TIC pela população com mais de 55 anos dos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre, analisou estes territórios envelhecidos do interior de Portugal e concluiu que as populações mais envelhecidas, com pouca escolaridade e habitantes em zonas rurais, encontram-se numa situação de vulnerabilidade digital, quer pelo acesso limitado às redes digitais e utilização muito reduzida de dispositivos tecnológicos e da internet, quer pelo nível elevado de iliteracia digital e desinteresse na aquisição de competências digitais. Portanto, é essencial um novo olhar para os territórios com estratégias de proximidade e em articulação interdisciplinar com as diferentes redes sociais locais, regionais ou nacionais, para a promoção de uma estratégia digital de cariz territorial que atenda às necessidades e interesses das populações de cada região, em meio urbano e rural.

Finalmente, as propostas apresentadas devem ser diferenciadas, adaptadas e ajustadas às realidades de cada local através de medidas ativas de promoção da inclusão digital em articulação com os diferentes instrumentos nacionais, entre os quais o Plano de Ação para a Transição Digital (Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020 de 21 de abril) e o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro), para que a transição digital seja uma realidade para toda a população dos territórios do interior.

AGRADECIMENTOS

O projeto PerSoParAge - Recursos pessoais e sociais para a autonomia e participação social numa sociedade envelhecida (POCI-01-0145-FEDER-023678) teve início em outubro de 2017 e finalizou em dezembro de 2019, sendo cofinanciado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020), na componente FEDER, e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

REFERÊNCIAS

- AAL. (2022). Active Assisted Living Programme - Ageing Well in the Digital World. <http://www.aal-europe.eu/>
- Comissão Europeia. (2021). Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES) de 2021-Portugal. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/desi>
- Diogo, F. (2022). A utilização das aplicações digitais e de recursos tecnológicos nas rotinas dos idosos institucionalizados: propostas e estratégias para a sua implementação em contexto rural. Dissertação de Mestrado em Gerontologia Social (não publicada). Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco.
- Direção Geral do Território [DGT]. (2020). Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território - Primeira Revisão (Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro, Diário da República n.º 170/2019). http://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/SQ_Vconc_PNPOT_0.pdf
- Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacias Digitais [ENILD]. (2015). Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacias Digitais. Lisboa: FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Eurostat. (2017). Digital economy and society statistics — Households and individuals. Luxemburgo: Eurostat.
- Gil, H. (2015). Cidadania Digital 65+: A utilização das TIC, da e-Saúde e do e-Governo Local no concelho de Castelo Branco. ISBN 978-972-798-363-6. Coimbra: Minerva Editora.
- Gonçalves, S. (2019). As Aplicações Digitais APPs na estimulação cognitiva do Idoso com demência: estudo exploratório. Dissertação de Mestrado em Gerontologia Social (não publicada). Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco.
- Gonçalves, V. (2016). A utilização das aplicações digitais 'Peak & Neuronation' no envelhecimento ativo: um estudo de caso na USALBI. Tese de Mestrado em Gerontologia Social (não publicada). Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco.
- INCoDe.2030 (2020). Eixos. <https://www.incode2030.gov.pt/eixos>
- INE. (2019). Inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação pelas famílias. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional para a Reabilitação [INR]. (2020). Acessibilidade Digital. https://www.inr.pt/resultados-de-pesquisa/-/journal_content/56/11309/362512?p_p_auth=fbyXGD6A
- Núncio, V. (2015). Estudo da utilização das TIC na USALBI e o contributo para a redução de isolamento dos idosos. Tese de Mestrado em Gerontologia Social (não publicada). Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco.
- OCDE. (2019). Getting Skills Right: Future Ready Adult Learning Systems. Paris: OEDC. https://read.oecd-ilibrary.org/education/getting-skills-right-future-ready-adult-learning-systems_9789264311756-en#page13
- Páscoa, G. (2012). O contributo da web social — rede social Facebook — para a promoção do envelhecimento ativo: estudo de caso realizado na USALBI. Tese de Mestrado em Gerontologia Social (não publicada). Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Páscoa, G. (2017). Fatores socioculturais na formação ao longo da vida: um estudo sobre a aprendizagem das Tecnologias da Informação e da Comunicação em populações 50+. Tese de Doutoramento em Políticas Sociais (não publicada). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Patrício, M. R. (2014). Aprendizagem intergeracional com tecnologias de informação e comunicação. Tese de doutoramento em Ciências da Educação, área de especialização em Tecnologia Educativa (não publicada). Braga: Universidade do Minho.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020 - Aprova o Plano de Ação para a Transição Digital. Diário da República n.º 78/2020, Série I de 2020-04-21, páginas 6 - 32. <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/30/2020/04/21/p/dre>

SHARE (2022). Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe. <http://www.share-project.pt/>

Silva, P., Matos, A. & Martinez-Pecino, R. (2022). The Contribution of the Internet to Reducing Social Isolation in Individuals Aged 50 Years and Older: Quantitative Study of Data From the Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe. *Journal of medical Internet research*, 24(1), e20466.

Szeles, M. R. (2018). New insights from a multilevel approach to the regional digital divide in the European Union. *Telecommunications Policy*, 42(6), 452-463.

